



Comarca de Itambé

Código de referência:	BR PEMJ ITA
Título:	Comarca do Itambé
Data(s):	1823 1836-1837 1839-1840 1842-1843 1845-1850 1853 1855-1937 1939 1941 1944 1948-1950 1956-1957 1959 1961-1963 1968 (datas de produção)
Nível de descrição:	Fundo
Dimensão e suporte:	Textuais, 8,17 metros lineares ou 43 caixas-arquivo de papelão.
Nome(s) do(s) produtor(es):	Comarca de Itambé, 1867-
História adm./biografia:	<p>As terras onde hoje se situa o município de Itambé foram primitivamente habitadas pelos Cariris.</p> <p>Sabe-se que nos fins do século XVI começaram a chegar correntes de povoamento, constituídas de portugueses e de mazombos.</p> <p>André Vidal de Negreiros, que participou da expulsão dos holandeses de Pernambuco, erigiu uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Desterro no lugar conhecido como Pedras de Fogo, assim denominado em virtude da grande quantidade de calhaus avermelhados que, em choque uns com os outros, produziam faíscas. O topônimo do lugarejo deixou de ser a tradição para voltar a suas origens indígenas: Itambé, depois També.</p> <p>O desenvolvimento político e cultural acompanhou o desenvolvimento econômico.</p> <p>De 1797 a 1801, funcionou o Areópago, onde o Dr. Arruda Câmara fazia propaganda dos ideais da Revolução Francesa.</p> <p>Em 1874 teve lugar a rebelião de matutos conhecida por Quebra Quilos, que culminou com a invasão de Itambé pelos insurretos, no dia 30 de novembro.</p> <p>Grande fator para o desenvolvimento do lugar foi, sem dúvida, a exportação das chamadas pedras de fogo a fim de serem transformadas em pequenas lâminas, posteriormente utilizadas em armas de fogo.</p> <p>Formação Administrativa</p> <p>Com a denominação de Itambé, foi criado o distrito por força da Carta Régia de 6 de janeiro de 1789.</p> <p>Segundo outra fonte, o distrito deve sua criação à Lei provincial nº 1.055, de 6 de junho de 1872.</p> <p>A Lei provincial nº 720, de 20 de maio de 1867, criou o município de Itambé com território desmembrado dos de Goiana e Nazaré. A instalação se verificou a 1º ou 10 de fevereiro de 1868.</p>

	<p>Em virtude da Lei provincial nº 1.318, de 4 de fevereiro de 1879, a sede municipal recebeu foros de cidade.</p> <p>Por efeito do Decreto-lei estadual nº 235, de 9 de dezembro de 1938, o município e o distrito de Itambé tiveram seus topônimos simplificados para També.</p> <p>Por ocasião do Recenseamento Geral de 1960, compunha-se de 5 distritos: També (sede), Camutanga, Caricé, Ibiranga e Ferreiros, este último criado em 1948, com parte do distrito de Camutanga. De acordo com as Leis estaduais nº 4.940 e nº 4.953, ambas de 20 de dezembro de 1963, foram emancipados os distritos de Camutanga e Ferreiros. Assim, o município está constituído de 3 distritos: També (sede), Caricé e Ibiranga.</p> <p>Pela lei estadual nº 7006, de 02-12-1975, o município de També voltou a denominar-se Itambé.</p> <p>Em virtude da Lei Provincial de nº 720, de 20 de maio de 1867, foi criada a comarca de Itambé, através do desmembramento da comarca de Goiana, da qual era termo. A instalação da comarca ocorreu em fevereiro de 1868.</p>
Procedência:	Arquivo da Comarca de Itambé
Âmbito e conteúdo:	O fundo é constituído por processos judiciais, contendo documentos das áreas cível e criminal.
Sistema de arranjo	O acervo está ordenado cronologicamente, subdividido em duas áreas: cível e criminal. O arranjo foi organizado da seguinte forma: cada comarca corresponde a um fundo e cada vara a uma seção; as séries são constituídas por tipos documentais, ou seja, no caso de documentação processual a série é processo judicial e a subsérie cada tipo de ação ou recurso.
Condições de acesso	Acesso restrito a 10% do acervo, que se encontra deteriorado e ainda não restaurado.
Condições de reprodução	Os documentos podem ser reproduzidos por via fotográfica, sendo necessária a assinatura de um termo de cessão de uso de imagens.
Características físicas e requisitos técnicos	Apresenta documentos com escrita antiga, sendo necessários conhecimentos em leitura paleográfica para muitos dos processos do século XIX.
Instrumentos de pesquisa	Listagem em ordem cronológica e por área (cível ou criminal).
Unidades de descrição relacionadas	O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano possui parte do acervo processual original de algumas comarcas, bem como o Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano – PE, e esses documentos não estão à disposição no Memorial para leitura em forma reproduzida.
Notas gerais	Para o preenchimento do elemento história administrativa/biografia foram utilizadas informações da seguinte fonte: http://www.citybrazil.com.br/pe/itambe/historia-da-cidade
Nota do arquivista	Descrição revista e preparada por Mônica Pádua, historiadora e especialista em Arquivo do Memorial da Justiça.
Regras ou convenções	Descrição baseada em: Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
Data(s) da(s) descrição(ões)	1º de março de 2010.